

# A MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS RURAIS EM GRANDES CENTROS URBANOS: O CASO DE PORTO ALEGRE/RS

Kozenieski, Éverton de Moraes;  
Medeiros, Rosa Maria Vieira.

## INTRODUÇÃO

O Brasil, desde a sua independência, passou por diferentes momentos políticos em que se valorizou de forma diferenciada os espaços rurais e os espaços urbanos. Inicialmente o Brasil adotou um modelo econômico de desenvolvimento caracterizado pelo modelo de produção agrária de monoculturas para a exportação. Esse modelo perdurou desde a independência até meados da década de 1930 e tinha em produtos como a cana de açúcar o grande vetor de desenvolvimento nacional. Dessa forma, o campo centralizava boa parte da produção da riqueza e também concentrava a maioria da população.

A partir da década de 1930, esse modelo de desenvolvimento começa a ser substituído, enquanto atividade principal, por um modelo pautado na produção urbano-industrial. Decorrente dessa nova intenção política e econômica, criou-se uma série de políticas de valorização das cidades a partir da construção de infra-estruturas e o incentivo ao capital, transformaram as metrópoles em grandes pólos atrativos. Essas políticas trouxeram conseqüentemente novas dinâmicas, alterando significativamente as características sociais do Brasil.

O processo de industrialização transformou as grandes cidades em pólos industriais, assim como transformou boa parte do campo que passou nesse momento por uma intensa mecanização na produção agrícola, substituindo boa parte da mão de obra por máquinas. A consolidação dessas ações levou o Brasil a vivenciar um acentuado movimento migratório de caráter rural-urbanos. Transformando, dessa forma, as metrópoles e as grandes cidades no destino de milhares de pessoas expropriadas do campo que em busca de melhores oportunidades buscam os grandes centros industriais. As cidades começam a concentrar significativamente a população brasileira como pode ser evidenciada a partir das dos dados populacionais.

Ampliou-se assim o número de habitantes das cidades e ampliou-se também a cobertura espacial dessas, ou seja, as cidades avançam cada vez mais sobre os espaços pouco habitados, principalmente, os destinados a prática agrícola e a preservação ambiental. Essas características culminaram na extinção de vários espaços agrícolas no entorno de centros urbanos onde historicamente essas práticas existiam.

A RMPA<sup>1</sup> e o próprio município de Porto Alegre não são exceções a esse contexto brasileiro, tais dinâmicas estão presentes e marcam o espaço metropolitano em questão. Scussel (2002) ao trabalhar com as transformações ocorrida na RMPA remete ao processo de metropolização um dos fundamente da expansão da cidade de Porto Alegre.

(...) cabe destacar a metropolização como fenômeno decorrente de um crescente processo socioeconômico de *concentração* – concentração industrial, populacional, concentração de redes de infra-estruturas, etc. A

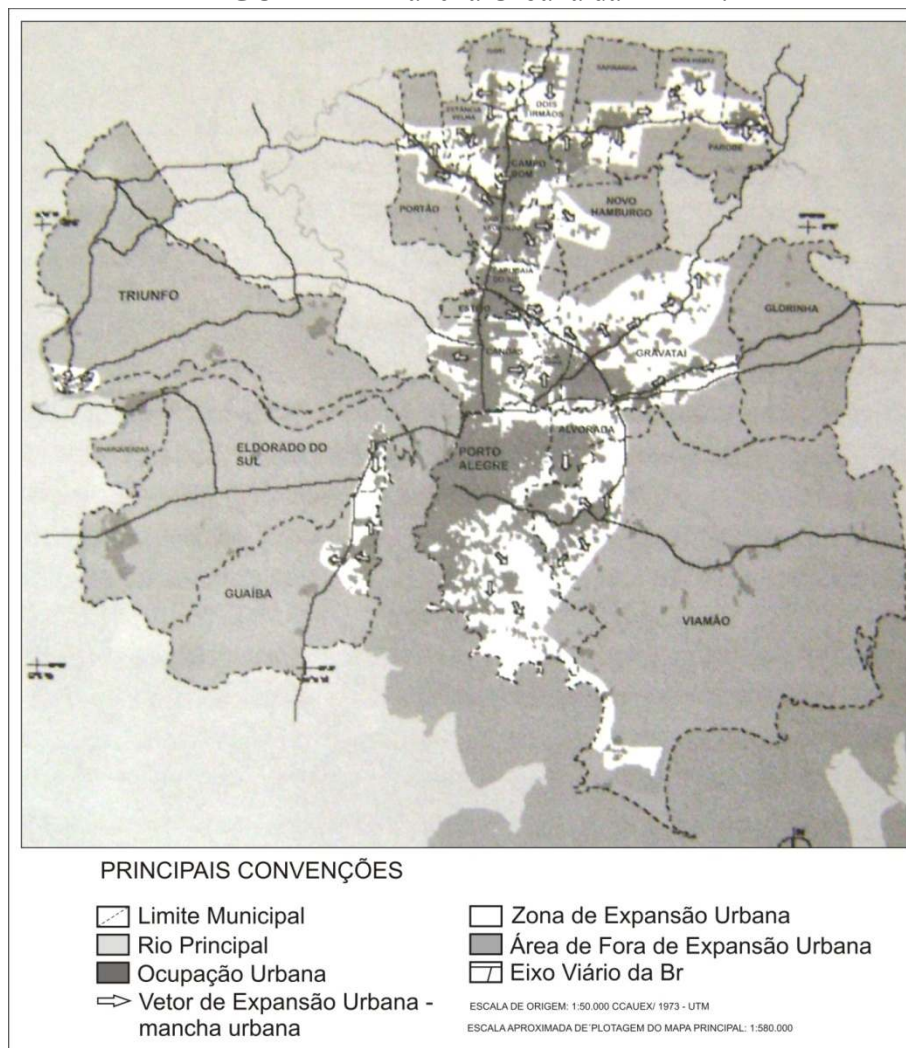
---

<sup>1</sup> Região Metropolitana de Porto Alegre.

expansão desse processo reflete-se, especialmente, no avanço e na transformação da urbanização sobre o território. (SCUSSEL, 2002, pág. 47)

A mancha urbana (Figura 1), apresentada por Scussel (2002), apresenta espacialmente o resultado da metropolização e da urbanização na RMPA. A situação retrata o ano de 1997, e nela é possível verificar tendências de desenvolvimento e expansão dessa mancha por espaço menos habitados, como é o caso da zona sul do município de Porto Alegre. Espaço esse reconhecidamente caracterizado por chácaras e sítios de forte relação com o rural. Na figura 1 fica evidente que a cidade de Porto Alegre se estende por quase todo município e a áreas que não fazem parte do urbano estão em processo de incorporação à malha urbana.

**FIGURA 1** – Mancha Urbana da RMPA.



**Fonte:** Dados cartográficos sobre a situação ambiental da região metropolitana de Porto Alegre (1997). Porto Alegre: Metroplan, 1997; Rio de Janeiro: IPEA, 1997. pág. 62. *Apud* SCUSSEL, 2002, pág. 49. Editado pelo autor.

Mertz (2002) nos demonstra que o início das transformações do campo em cidade no município de Porto Alegre não é um fato tão recente.

Porto Alegre foi um município essencialmente agrícola somente até 1835, quando extensas chácaras ocupavam a região além da delimitação da zona urbana. A sua condição de centro político e administrativo rapidamente alterou essa situação, passando a desenvolver uma economia predominantemente urbana comercial e industrial. Os produtos agrícolas

necessários para a reprodução desse mercado em expansão passaram a vir dos municípios limítrofes, nos quais ampliação urbana se deu mais tardiamente. (MERTZ, 2002, Pág. 35–36).

Kozenieski *et al* (2007) exemplifica o caso do bairro Vila Nova em Porto Alegre. Nesse bairro reconhecidamente rural, onde historicamente se produzia pêssegos e hortifrutigranjeiros está hoje em meio a um processo de reestruturação fundiário. Esse bairro antigo pólo de produção rural hoje se caracteriza por uma forte função residencial, descaracterizando-se. Entretanto Porto Alegre, não se transformaram totalmente em espaços urbanos, alguns espaços rurais se mantiveram com produção gêneros agrícolas, marcadamente na zona sul do município.

A partir da década de 1990 começam a aflorar novas características em Porto Alegre, uma delas é o deslocamento de boa parte da população de alta renda, dos grandes centros urbanos, para as áreas rurais próximas. Buscar a “tranqüilidade”, a segurança e as melhores condições de vida dos espaços rurais, fugindo dos problemas urbanos, sem estar tão afastado deste. Também nesse espaço temos a proliferação de pequenos e microestabelecimentos rurais destinados ao lazer. Assim no rural de Porto Alegre acabam surgindo novas características e atividades, como uma grande diversidade de situações, interesses e atores envolvidos.

Em meio a todo esse quadro de transformação e reestruturação dos espaços rurais, onde ora os espaços rurais são incorporados à cidade e ora são transformados em um rural com novas atividades e com a presença de novos grupos sociais, surgem alguns questionamentos. Por que alguns espaços rurais resistem mesmo numa tendência de transformação tão evidente? A atividade agrícola tem possibilidades de persistir frente a expansão da cidade de Porto Alegre? Os agricultores que tradicionalmente existiam estão integrados a maior interação econômica e social proporcionada pela integração com o urbano em Porto Alegre? Dentro desse contexto de novos atores sociais com modos de vidas distintos das localidades rurais não há uma quebra das relações sociais dos moradores tradicionais ou há manutenção da cultura camponesa seria incompatível a modernização da sociedade?

Assim, essa pesquisa visa compreender os principais elementos econômicos, políticos e culturais, mantenedores dos espaços rurais em grandes centros urbanos frente à tendência de incorporação desses espaços à cidade, a partir da perspectiva dos produtores rurais. Utilizando como estudo de caso o município de Porto Alegre/RS.

De forma específica, buscaremos caracterizar as atividade rurais em Porto Alegre/RS do ponto de vista da produção, sua destinação e localização espacial; Identificar as diferentes territorialidades relacionadas as comunidades rurais; Evidenciar as praticas econômicas que persistem e perceber de que forma elas se mantiveram; Avaliar a influência do PDDUA de Porto Alegre nas transformações do espaço rural.

## **METODOLOGIA E MÉTODOS DE PESQUISA**

Os procedimentos para essa pesquisa estão divididos em três etapas, que são: Revisão Bibliográfica, Etapa de campo e etapa de laboratório. A figura 2 representa a seqüência de procedimentos propostos de forma esquemática. Gostaríamos de salientar ainda que a pesquisa não está concluída, atualmente encontra-se na etapa de laboratório

### **Etapa de Revisão Bibliográfica**

Essa etapa consiste na busca de referências para a pesquisa, a partir de diversas fontes de informação. São elas:

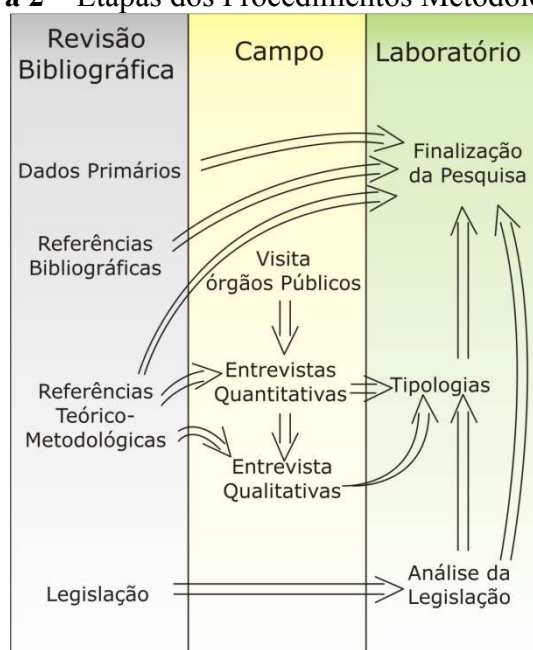
*Dados Primários* – Busca de dados primários junta a órgão de pesquisas, como o IBGE, a fim de caracterizar a área de estudo.

*Referências Bibliográficas* – Análise de trabalhos anteriores sobre a respectiva área de estudo, assim como buscar as ferramentas conceituais.

*Referências teórico-metodológicas* – Busca de referências teórico-metodológicas com o objetivo de organizar a pesquisa do ponto de vista operacional.

*Legislação* – Pesquisar as legislações que incidem de forma direta no espaço rural de Porto Alegre, principalmente o consta no PDDUA.

**Figura 2** – Etapas dos Procedimentos Metodológicos.



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

### Etapa de Campo

A etapa de campo é a que incide na busca de dados secundários a partir de visitas aos órgãos públicos de atuação sobre o rural em Porto Alegre e dos questionários que serão aplicados junto aos proprietários rurais.

*Vista aos órgãos Públicos* – Buscar-se-á junto a órgão públicos que atuam diretamente no que se refere à tributária e à assistência técnica ao rural em Porto Alegre. Primeiramente será visitado o CAD<sup>2</sup>, que consiste numa órgão SMIC<sup>3</sup>, tendo em vista, suas relevante atuação na área de estudo e o cadastro de propriedades rurais de Porto Alegre. Poderão de propostas visitas a outras entidades conforme a demanda gerada nas entrevistas com os agricultores.

*Entrevistas Quantitativas* – Nessa primeira etapa de entrevistas, se buscará as informações junto aos proprietários rurais no que se refere à caracterização dos proprietários, da produção, destina e localização das práticas rurais. Essa etapa tem serão entrevistados todos os proprietários que constam nos registro do CAD. O

<sup>2</sup> Conselho Agrícola Demonstrativo.

<sup>3</sup> Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.

questionário terá um caráter quantitativo e a entrevista será diretiva, ou seja, é uma entrevista estruturada, com questionário pré-estabelecido.

*Entrevistas Qualitativas* - Esta segunda etapa de entrevistas objetiva a busca de informações para compreensão das territorialidades presentes no espaço rural de Porto Alegre. Para tanto, será construída a partir de entrevistas qualitativas e não-diretivas para que se possam captar elementos subjetivos do cotidiano dos produtores rurais.

### **Etapa de Laboratório**

Na etapa de laboratório serão analisados todos os dados e informações obtidas nas etapas anteriores. Nessas análises podemos destacar:

*Análise da Influência do PDDUA* – Avaliar a influência do PDDUA de Porto Alegre nas transformações do espaço rural, buscando compreender seu papel e suas diretrizes comparativamente ao que foi observado em campo.

*Construção de Tipologias* – construir tipologias, a partir das análises dos dados das duas etapas de entrevistas, destacando as diferenças existentes no espaço rural de Porto Alegre. Essa etapa terá um caráter de síntese da pesquisa.

*Redação e finalização da pesquisa* – Consiste na redação final na dissertação, na finalização da pesquisa e, por fim, na apresentação e defesa da pesquisa.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Para dar cabo dessa pesquisa, as principais ferramentas teóricas adotadas são os conceitos de território, territorialidade, espaço rural e ruralidade. Entretanto, antes de expormos algumas considerações sobre os conceitos referidos cabe fazer algumas considerações sobre a relação cidade-campo.

### **Relação Cidade-Campo**

O estudo do rural coloca-nos frente a diferentes desafios, pois cada espaço apresenta-se de forma diferenciada, tanto no que se refere ao que é produzido, ao conteúdo das relações sociais e culturais, às dinâmicas econômicas internas e externas, à relação com o global, e não podemos deixar de lado, a relação que esse imprime junto à cidade. Assim podemos considerar que existem diferentes “rurais”.

Como aponta Queiroz “(...) o meio rural não pode ser nunca estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade.” (QUEIROZ, 1978, pág. 51). Para que possamos compreender as dinâmicas presentes no campo, devemos nos remeter, também, às dinâmicas sociais exteriores ao meio rural, assim como devemos evidenciar as relações que esse campo desempenha frente à cidade.

O campo, assim como a cidade, apresentou diferentes características ao longo da história, esse fato construiu diferentes configurações entre esta relação. A partir da visão de Queiroz (1978), tomando como ponto de vista das relações entre o urbano e rural, podemos reconhecer três tipos essenciais de sociedade globais: sociedade tribal, sociedade agrária e sociedade urbana. Cabe salientar que dependendo da sociedade em questão, assim como o momento histórico, haverá combinações diversas entre os três tipos, onde processos de predominâncias e de mudança serão configurados de forma diferentes.

(...) admitimos que em nenhuma sociedade o tipo “puro” será encontrado, (...) admitimos a coexistência de vários tipos numa mesma sociedade global, interligados por processos dinâmicos que dão ao todo fisionomia que lhe é própria. Como corolário, cada sociedade global terá, assim, fisionomias específicas em cada um de seus momentos históricos. (QUEIROZ, 1978, pág. 50)

A primeira forma, a sociedade tribal, apresenta contornos mais primários no que se refere à organização social. Nela “(...) *inexiste a divergência rural-urbana, em que os grupos sociais são de pequena envergadura, em que a divisão social do trabalho é fraca e que não existe a concentração urbana.*” (QUEIROZ, 1978, pág. 47). Estas sociedades são indiferenciadas no que se refere ao rural e ao urbano.

As sociedades agrárias têm como característica principal o papel que o meio rural desempenha como base da produção de riquezas. Nesta sociedade, evidentemente, há internamente diferenças entre o meio rural e o meio urbano. Nessa forma de organização social,

(...) existe já a cidade como centro político-administrativo que organiza e domina o meio rural, porém por outro lado é inteiramente dominada e delimitada por este, já que dele depende estreitamente no que toca ao abastecimento; não podendo ultrapassar demograficamente os limites por este imposto, a cidade é essencialmente consumidora dos produtos do campo (...) (QUEIROZ, 1978, pág. 47-48)

A sociedade urbana, por sua vez, seria aquela em que a produção de riqueza tem expressividade no meio urbano.

(...) é aquela em que, devido ao desenvolvimento cada vez maior da tecnologia, a cidade se liberou do meio rural no que toca à produção geral e se tornou produtora por excelência, reorganizando o trabalho agrário através das máquinas, impondo ao meio rural seu gênero de vida e sua estratificação social de base econômica; a cidade pode então crescer demograficamente de maneira por assim dizer ilimitada, pois seu abastecimento depende antes de mais nada do desenvolvimento tecnológico. (QUEIROZ, 1978, pág. 48)

Na sociedade urbana, reconhecida também pela autora com sociedade industrial, os centros urbanos têm grande importância. Neles o número de pessoas que trabalham nas indústrias e nos serviços representam uma grande parcela frente à população trabalhadora do campo. Cabe ressaltar, que na sociedade urbana não apenas a concentração de riquezas está nas cidades, mas, também, a população majoritariamente se concentra nos centros urbanos.

Lefebvre é outro autor que destaca a relação cidade-campo. Esse autor tem suas análises pautadas nos fenômenos urbanos, entretanto destaca o importante papel que a relação cidade-campo tem no contexto social. Para esse autor, a industrialização caracteriza a sociedade moderna, dessa forma, ela deve ser o ponto de partida para as reflexões sobre a nossa época. Antes de apontar as transformações que o processo de industrialização proporcionou, cabe destacar o urbano, fenômeno esse já consolidado no estabelecimento das indústrias.

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. (LEFEBVRE, 2008, pág. 51)

Ela se transforma não de uma forma passiva, mas pela ação de diferentes grupos e pessoas que compõem a sociedade. Assim podemos considerar que a cidade é um produto social. “(...) *houve na história uma produção de cidades assim com houve*

*produção de conhecimentos, de cultura, de obras de arte e de civilização, assim como houve, bem entendido, produção de bens materiais e de objetos prático-sensíveis”* (LEFEBVRE, 2008, pág. 53). A história nos indica que o urbano apresentou diferentes contornos e funções ao longo do tempo, assim como as sociedades, conseqüentemente, apresentaram diferentes graus de urbanização.

A construção das primeiras cidades (e do urbano) está intimamente relacionada com a reunião de várias aldeias e tribos. Nesses espaços, tais povos se sedentarizaram, construindo distintas estruturas sociais, base para a divisão do trabalho.

A separação entre a cidade e o campo toma lugar entre as primeiras e fundamentais divisões do trabalho, com a divisão dos trabalhos conforme os sexos e as idades (divisão biológica do trabalho), com a organização do trabalho segundo os instrumentos e as habilidades (divisão técnica). A divisão social do trabalho entre cidade e campo corresponde à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual, e por conseguinte entre o natural e o espiritual. (LEFEBVRE, 2008, pág. 36)

A consolidação da divisão do trabalho que deu origem a duas realidades distintas construiu uma cisão de totalidade. Assim, a sociedade urbana e a sociedade rural apresentam diferenças, propiciando a interação e desenvolvendo relações entre o urbano-rural e a entre o cidade-campo. Lefebvre considera que podemos periodizar o tempo histórico a partir dos modos de produção (asiático, escravista, feudal, capitalista e socialista). Dessa forma, é possível afirmar que a cidade, e o campo, foram produzidos de diferentes formas,

(...) cada modo de producción ha “producido” (no como una cosa cualquiera, sino como algo fundamental) un tipo de ciudad que “lo refleja” de forma inmediata (visible y legible sobre el propio terreno) al dar forma a las relaciones sociales más abstractas, jurídicas, políticas e ideológicas.” (LEFEBVRE, 1976, pág. 30).

Estes diferentes momentos históricos podem ser compreendidos entre eras distintas, representando diferentes domínios e fases críticas. São elas: a era agrária, a era industrial e a era urbana.

Conforme Sobarzo (2006), na era agrária existia uma clara divisão entre a cidade e campo baseada na divisão do trabalho, sendo possível considerar as cidades como obras pela prevalência do valor de uso sobre o valor da troca, dos costumes dos habitantes sobre a produção. Algumas civilizações alcançaram grande desenvolvimento econômico, elaborando uma complexa divisão do trabalho através do mecanismo da redistribuição de mercadorias, que, por sua vez, constituía parte do regime político vigente. A cidade, de forma geral, administrava a produção, entretanto dependia inteiramente do campo para seu abastecimento.

Na idade média, esse cenário começa a mudar de características. Aos poucos prevalece o caráter comercial da cidade e essa passa a sediar um importante processo de acumulação de riqueza, conhecimento, técnica e obras, tornando-se centros da vida social e política. O passo seguinte no processo de divisão do trabalho foi a separação entre a produção e o comércio com o surgimento da classe dos comerciantes e com a expansão do comércio para além da vizinhança próxima a cidade. (MARQUES, 2002)

Nessa primeira era, *“La agraria (producción agrícola, vida rural, sociedad campesina), que, habiendo dominado durante mucho tiempo, pasa a ser subordinada. ¿Por qué? Por una realidad urbana, impulsada al principio por el comercio y la industria”* (LEFEBVRE, 1976, pág. 96). A cidade torna-se o lócus principal, passando a influenciar diretamente o sentido da produção no campo, bem como, sua forma de organização do trabalho.

Com a consolidação da produção industrial, com a formação de uma burguesia

especificamente industrial e o advento do capitalismo concorrencial, surge a era industrial. Ela generaliza a troca e o comércio, fazendo desaparecer o valor dos costumes. Nela o processo de industrialização, caracteriza-se por se motor das transformações sociais. Inicialmente a realidade industrial nega a cidade, pois o solo se transforma em mercadoria – que se compra e se vende – desaparecendo a cidade como obra. Mas isso longo de significar o desaparecimento da realidade urbana significa a sua generalização, já que a industrialização nega a cidade e a reconstrói numa escala muito maior, a escala da sociedade inteira. (SOBARZO, 2006).

Nesse sentido, como indica Sobarzo (2006), o processo de industrialização é motor das transformações sociais.

O processo aparece agora, através da análise, em toda sua complexidade, que a palavra “industrialização” mal esconde. Esta complexidade se manifesta desde que se deixa de pensar em termos de empresa, de um lado, e – por outro – em cifras globais de produção (um tanto de toneladas de carvão, de aço) – manifesta-se a partir do instante em que se raciocina distinguindo a indução e o induzido, ao observar a importância dos fenômenos induzidos e sua inteiração sobre os indutores. (LEFEBVRE, 2008, pág. 16)

Com a industrialização, a realidade transforma-se de modo significativo, apresentando-se de uma forma nunca vista. A cidade ao mesmo tempo implode sobre si e explode em direção ao campo, desconstruindo e reconstruindo suas dinâmicas.

Na era industrial, se verifica a “absorção” do campo pela cidade (localização das primeiras indústrias, obtenção de matérias-primas, migração) e a “explosão” da cidade no campo (extensão do tecido urbano, invasão do campo pela tecnologia, modo de vida e símbolos da cidade, expansão da troca e da mercadoria). (SOBARZO, 2006, pág. 61)

A implosão e explosão da cidade acentuam significativamente a concentração urbana, o êxodo rural, a extensão do tecido urbano, subordinação completa do agrário ao urbano

Mas ao mesmo tempo que a industrialização corrói a cidade, a coloca num novo patamar, fazendo-a explodir. A metáfora da implosão-explosão retrata esse processo, no qual a cidade, em função da industrialização, concentra (pessoas, atividades, riquezas, coisas, objetos, instrumentos, meios, idéias) e projeta fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.). A cidade leva tudo para ela e o explode numa dimensão nunca vista: junto à concentração urbana e ao êxodo rural se produz a extensão do tecido urbano e a subordinação completa do agrário ao urbano. (SOBARZO, 2006, pág. 58)

O campo torna-se o receptáculo da expansão da cidade, espaço outrora destinados à produção de alimentos, passam a ser destinados a moradia, entre outras finalidades. Fica evidente que a relação da cidade e do campo transforma-se. Nessa transformação, o tecido urbano tem importante participação, pois é este que conduz a cidade através de diversas redes para sua ampliação.

Por *tejido urbano* no se entiende, de manera estrecha, la parte construida de las ciudades, sino el conjunto de manifestaciones del predominio de la ciudad sobre el campo. Desde esa perspectiva, una residencia secundaria, una autopista, un supermercado en pleno campo forma parte del tejido urbano. Más o menos denso, más o menos compacto y activo, solamente escapan a su influencia las regiones estancadas o decadentes, limitadas a la “naturaleza”. (LEFEBVRE, 1976, pág. 10)

O tecido urbano não é caracterizado apenas por sua extensão material (rodovias, redes de energia elétrica, água, esgoto, etc), mas, também, por um sistema de valores.



Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistema de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que deixaram de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário “moderno”, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos “serviços”. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres urbanos (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade. (LEFEBVRE, 2008, pág. 19)

Tal dinâmica de implosão-explosão da cidade, com grande potencial de transformação, pode ser evidenciada a partir do município de Porto Alegre. Até meados da década 1930 o estado do Rio Grande do Sul caracterizava-se fundamentalmente por ser uma região primário-exportadora, onde a industrialização era pequena. Porto Alegre tinha, nesse contexto, uma função secundária como é assinalado por Alonso e Bandeira (1988)

O papel de Porto Alegre dentro dessa rede urbana sofreu profundas mutações, pois, até aproximadamente 1860, a Capital desempenhava função econômica secundária no Estado, o qual tinha então em Pelotas e Rio Grande — centros diretamente ligados à produção e à comercialização do charque — seus pólos mais expressivos (Singer, 1977, cap. 4). A partir dessa época, no entanto, a Capital assumiu, paulatinamente, a condição de centro mais importante devido à sua condição de porto fluvial, o que fazia com que se centralizasse o processo de comercialização da produção das áreas coloniais. (ALONSO e BANDEIRA, 1988, pág. 5)

Uma série de transformações tanto na estrutura como na distribuição das atividades econômicas do Rio Grande do Sul conduziram Porto Alegre para o caminho da industrialização e urbanização

O Estado deixou de ser fundamentalmente uma região primário-exportadora voltada para o mercado interno (Souza, 1973), característica predominante até os anos 30, evoluindo para uma situação na qual a indústria passou, progressivamente, a ganhar peso no produto social. Essa mudança influenciou, de forma decisiva, o processo de estruturação da rede urbana gaúcha, fazendo com que se consolidassem os principais centros manufatureiros que já despontavam desde o final do século passado, com destaque para Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Caxias do Sul. (ALONSO e BANDEIRA, 1988, pág. 5)

O município de Porto Alegre consolida-se, a partir de então, como um centro urbano-industrial com forte inscrição regional. Com tais características econômicas, a antiga estrutura urbana existente sofre transformações.

Porto Alegre começou a afirmar sua hegemonia em termos industriais já a partir das últimas décadas do século passado. Essa ascensão da Capital enquanto centro manufatureiro esteve intimamente ligada à sua relação com as regiões coloniais do Nordeste do Rio Grande do Sul. (...) Em 1907, de acordo com o levantamento feito pelo Centro Industrial do Brasil (1909), localizavam-se em Porto Alegre 36,9% dos estabelecimentos industriais do Estado, concentrando 31,5% do número total de operários. Esses estabelecimentos respondiam, no entanto, por apenas 23,3% do valor da produção, posto que a participação da Capital era pouco expressiva ou, até mesmo, nula em alguns daqueles que eram, na época, os principais segmentos da indústria do Estado, a exemplo da produção de charque, vinhos e banha. (ALONSO e BANDEIRA, 1988, pág. 5-6)

Porto Alegre, dentro desse contexto, foi o grande ponto de recepção de

migrantes de diferentes regiões do Rio Grande do Sul, assim como de outras localidades. A cidade cresceu do ponto de vista econômico e territorial, mas também podemos considerar o seu crescimento demográfico.

Porto Alegre, por todo esse percurso, do ponto de vista econômico, adotou novas características de produção, o que implicou em uma forte transformação da estrutura urbana existente. A cidade teve que se adequar às novas exigências das atividades econômicas ali instaladas, além de incorporar um novo modo de viver provenientes dessas atividades. Assim podemos considerar que a industrialização e urbanização acarretaram na implosão da antiga cidade de Porto Alegre. Além disso, Porto Alegre explodiu em direção às áreas rurais do município e da própria região metropolitana. O tecido urbano em expansão deu suporte aos novos habitantes do município, dando origem a novas áreas residenciais, assim como, para novas atividades urbano-industriais.

Mientras que este aspecto del proceso global (industrialización y/o urbanización) sigue su evolución, la gran ciudad ha estallado, provocando una serie de protuberancias ambiguas, tales como: conjuntos residenciales, complejos industriales, ciudad satélites, apenas diferentes de las zonas urbanizadas.”

Enquanto esse aspecto do processo global (industrialização e/ou urbanização) segue seu curso, a grande cidade explodiu, dando lugar a duvidosas excrescências: subúrbios, conjuntos residenciais ou complexos industriais, pequenos aglomerados satélites pouco diferentes de bairros urbanizados. (LEFEBVRE, 1976, pág. 10)

Alonso e Bandeira (1988) em seus estudos apontam para a tendência de “desindustrialização” do município de Porto Alegre, entretanto a retração das atividades industriais não significa a retração do tecido urbano, ou uma “desurbanização”. Indica uma nova realidade social, pautada mais forte na presença do urbano.

Tais mudanças apresentadas indicam a construção da era urbana. Nela a realidade urbana impõe novas relações de produção, onde a problemática urbana apresenta-se em escala mundial, tal tendência indica a construção da sociedade urbana. Segundo Lefebvre (1976)

Lo *urbano* (abreviación de “sociedad urbana”) se define, pues, no como realidad consumada, situada en ele tiempo con desfase respecto de la realidad actual, sino, por el contrario, como horizonte y como virtualidad clasificadora. Se trata de lo *posible*, definido por una dirección, al término del recorrido que llega hasta él. Para alcanzar dicho posible, es decir, para realizarlo, es necesario primeramente evitar o abatir los obstáculos que actualmente lo hacen *inviable*. ¿El conocimiento teórico puede mantener en la abstracción dicho objeto virtual, objetivo de la acción? No. Desde este momento puede afirmarse que únicamente es abstracto en cuanto *abstracción científica*, es decir, legítima. (LEFEBVRE, 1976, pág. 23)

O urbano assim é uma virtualidade, uma tendência. Cabe distinguir também a definição de urbano e de cidade da obra de Lefebvre. A cidade, para ele, “(...) *pode ser lida como uma morfologia material, uma realidade presente, imediata, um dado prático-sensível, arquitetônico.*” (SOBARZO, 2006, pág. 59), enquanto que o urbano é concebido como “*à morfologia social, realidade social composta de relações presentes e relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento.*” (SOBARZO, 2006, pág. 59)

Essa distinção entre a cidade e o urbano, pode ser transposta para definirmos o campo e o rural, entretanto a construção dessas analogias entre cidade-campo, urbano-rural, apresentaria problemas. Como é indicado por Sobarzo (2006)

Numa analogia arriscada, poderíamos pensar no campo e no rural. O campo poderia ser entendida como a base prático-sensível e o rural, a realidade social, mas logo nossa analogia perde sentido porque o urbano não se restringe à parcela da sociedade que mora na cidade. Para Lefebvre, o urbano, a “sociedade urbana”, é uma virtualidade que carrega a constituição de uma sociedade planetária, uma totalidade que modifica e transforma a agricultura e a indústria, mas que não faz com que elas desapareçam. (SOBARZO, 2006, pág. 61)

No que tange a relação entre o rural e a cidade, podemos considerar que a oposição entre essas duas realidades se modifica. *“A oposição ‘urbanidade-ruralidade’ se acentua em lugar de desaparecer, enquanto a oposição cidade-campo se atenua. Há um deslocamento da oposição e do conflito.”* (LEFEBVRE, 2008, pág. 75). Pois o urbano invade o rural, construindo, assim, conflito e transformações.

A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centro de decisão etc.). As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa. Alinham-se com a cidade, porém resistindo-a às vezes, dobrando-se ferozmente sobre si mesmas. (LEFEBVRE, 2008, pág. 74)

Na sociedade urbana, o urbano está cada vez mais contento o rural, assim analisar a relação entre o urbano e o rural não parecer ser relevante frente a análise da relação cidade-campo. Sobre a relação cidade-campo, cabe destacar que essa separação se atenua, fato que não representa uma total edificação do campo, através da construção de casa, prédios, edifício. As atividades agrícolas permanecem, assim como o campo, entretanto a aproximação entre essas duas realidades representa a inclusão, dessas áreas de prática agrícola, nas racionalidades urbanas, na absorção das tecnologias e de sistemas de produção concebidos pela ciência. *“A construção do ‘urbano’ supõe a superação dessa divisão, a sociedade urbana se estende planetariamente, mas sem supor o desaparecimento das atividades agrícolas; a cidade e campo permanecem, as relações se transformam e as formas ganham novos conteúdos.”* (SOBARZO, pág. 61).

Se é verdade que a separação e a contradição cidade-campo (que envolve a oposição entre dois termos, sem se reduzir a ela) fazem parte da divisão do trabalho social, é preciso admitir que essa divisão não está nem superada entre a natureza e a sociedade, entre o material e o intelectual (espiritual). Atualmente a superação não pode deixar de se efetuar a partir da oposição tecido urbano-centralidade. O que pressupõe a invenção de novas formas urbanas. (LEFEBVRE, 2008, pág. 75)

Assim para análise do rural é imprescindível compreender o papel das relações entre cidade-campo, as diferentes influências das centralidades do urbano e suas consequências, além forma de interação com o tecido urbano e o global.

## **Espaço Rural e Ruralidades**

As características do meio rural se alteraram ao longo da história trazendo diferentes características tanto nas atividades econômicas, como nas relações sociais e sua valoração. A grande marca das sociedades tradicionais no meio rural foi a sua forte relação de centralidade das atividades agrícola, onde torna-se a base econômica, social e cultural do meio rural.

O rural que é compreendido sob a perspectiva que Wanderley (2001) define como

Um modo particular de utilização do espaço e de vida social. (...) entendido ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (WANDERLEY, 2001, p.87).

O espaço rural é contemplado nos estudos de Marques (2002), no qual:

O espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparece como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa (MARQUES, 2002, p.109).

Alguns elementos ganham destaque nos espaços rurais, entre eles a ruralidade, definida por Carneiro (1998) como “(...) *as características de tudo aquilo que se relacionam à vida rural, as condições materiais e morais da existência das populações rurais.*”. Seria a marca de uma relação com o espaço, suas atividades econômicas e culturais, a marca de um modo de vida rural.

A partir do desenvolvimento das sociedades modernas, que foram constituídas com o desenvolvimento do capitalismo, os processos de industrialização e de urbanização assumem uma grande importância. As análises desses processos se diferem em duas distintas perspectivas:

A primeira compreende que neles o fim das sociedades rurais

A agricultura se tornaria, neste caso, um mero campo de aplicação do capital, à semelhança de qualquer outro setor passível de investimento. Sob esta ótica, assistir-se-ia à progressiva decomposição do campesinato e à constituição das classes sociais do capitalismo no campo; o camponês teria se tornado um agricultor – referido, não mais a um modo de vida, mas a uma profissão específica – e um cidadão como qualquer outro. Mais recentemente, afirma-se uma ruptura completa do “agricultor familiar moderno”, em relação à sua história camponesa, analisando-o como o resultado da iniciativa do próprio Estado. (WANDERLEY, 2000, pág. 88)

A outra perspectiva não vê nesses processos a extinção dos espaços rurais

(...) a modernização da agricultura – não se traduziram por nenhuma “uniformização” da sociedade, que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais. A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local etc. O agricultor moderno, particularmente o agricultor familiar, predominante nos países ditos “avançados”, pelo fato mesmo de ser familiar, guarda laços profundos – de ordem social e simbólica – com a tradição “camponesa” que recebeu de seus antepassados. (WANDERLEY, 2000, pág. 88)

Sob essas diferentes formas de análise pode se perceber o rural de formas diferenciadas, nesta presente pesquisa adotaremos a segunda proposição apontada por Wanderley (2002).

Os espaços rurais, principalmente depois da década de 90, começam a contar como espaços multifuncionais, que apresentam uma diversificação das atividades realizadas, tais como: de serviços, agroindustrialização, produção para nichos de mercado, pluriatividades não-agrícolas e pluriatividade da produção familiar. Integrando novas características e atores sociais ao rural.

## Território e territorialidades

Para dar cabo dos objetivos propostos nesta pesquisa utilizaremos uma abordagem territorial. Tal abordagem “Orienta e facilita o entendimento do movimento, das contradições, ou, do que estamos denominando de tempos e territórios, contemplando desigualdades e diferenças.” (SAQUET, 2006, p. 76). Assim os aspectos econômicos, políticos e também os relativos à cultura, ganham importância em uma visão integradora. Em que as materialidades e as imaterialidades são destacadas.

Sob essa perspectiva o Território é definido como

(...) resultado do processo de territorialização. Ou seja, o homem, vivendo em sociedade, territorializa-se através das atividades cotidianas, seja no campo seja na cidade. Ele constitui um lugar de vida. Este processo é condicionado e gera as territorialidades, que são todas as relações diárias efetivamos, (i) materiais, no trabalho, na família, na igreja, nas lojas, nos bancos, na escola etc. Estas relações, as territorialidades é que constituem o território de vida de cada pessoa ou grupo social num determinado espaço geográfico. (SAQUET, 2006, p. 62)

A territorialidade, dessa forma, congrega uma dimensão estritamente política, e diz respeito também às relações econômicas e culturais. Pois “(...) *está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar*” (HAESBAERT, 2004, p 03).

Raffestin considera que

(..) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993 ,p.158).

Assim os grupos constroem e desconstróem territórios, se definem através deles, do tempo e do espaço, criam seus laços de identidade, que tem na apropriação de territórios os marcos de orientação de suas práticas e ações. Assim, cabe fazer menção ao conceito de territorialização que é compreendido

(...) como o conjunto de múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/a subjetividade (...)”(HAESBAERT, 2006, p 45).

Associada a esse conceito, tem-se os processos de desterritorialização e reterritorialização. Estes compreendidos, respectivamente, como o movimento de desconstrução e reconstrução, a partir de indivíduos e grupos sociais, de forma espontânea ou forçada, através da territorialização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, ainda que não concluído, nos permite evidenciar algumas novas tendências na qual os espaços rurais estão sujeitos. Neles novos atores, dinâmicas e processos, resultam em novas possibilidades e características para o campo, acarretando transformações tanto em aspectos econômicos, políticos, sociais. Essas

transformações têm forte potencial, elas, por exemplo, desconstruem e transformam as territorialidades construídas nesses espaços ao longo do tempo.

Tais transformações (econômicas, políticas, sociais) apresentam-se intensamente em espaços rurais próximos a centros urbanos com grande expressão territorial e importante dinâmica regional. Neles o urbano toma grandes dimensões, expandindo-se sobre o campo ao seu redor e alterando as relações existentes entre a cidade e o campo. Tais perspectivas podem ser observadas no município de Porto Alegre. Cabe ressaltar que a grande força impulsionadora dessas dinâmicas é proveniente do duplo processo de industrialização e urbanização.

Em meio ao exposta, será que em Porto Alegre a prática agrícola tem condições de permanecer frente a novas dinâmicas urbanas? Responder essa e as demais questões levantadas por essa pesquisa torna-se desafio a ser perseguido ao longo dessa investigação e que se buscam a partir das próximas etapas a serem efetivadas. Assim, as análises e idéias aqui expostas não representam um trabalho definitivo ou concluído, mas apenas um ensaio, ainda incompleto e inacabado, sobre a compreensão do espaço rural do município de Porto Alegre.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, José Antônio Fialho; BANDEIRA, Pedro Silveira. A "Desindustrialização" de Porto Alegre: Causas e Perspectivas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre,, v. 1, n. 9, p.3-28, 1988.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. , p.53-75, set. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/primeira.htm>>. Acesso em: 01 out. 2007.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização À Multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais... .** São Paulo: USP, 2005. p. 6774 - 6792.

\_\_\_\_\_. Identidades Territoriais. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. P. 167 a 190.

\_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. 173 p.

HESPANHOL, R. A. M.; MENEGATI, R. A.. A Nova Ruralidade?: Contribuições para a compreensão do espaço rural no município de Indiana/SP. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Anais... .** Presidente Prudente: Unesp, 2005. p. 1 - 8.

KOZENIESKI, Éverton de Moraes *et al.* As Transformações Territoriais E Seus Agentes Como Elementos Geradores De Mobilidade Populacional No Bairro Vila Nova Em Porto Alegre/RS. **Para Onde!?**, Porto Alegre, n. 1, p.08-21, jul. 2007.

LEFEBVRE, Henry. **La revolución urbana**. 2. ed. Madrid: Alianza, 1976.

\_\_\_\_\_. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5ª edição. São Paulo: Centauro, 2008.

MARQUES, M. I. M.. O Conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, Rio de Janeiro, n. , p.95-112, jul. 2002.

MERTZ, Marli Marlene. Breve retrospectiva Histórica da Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre. *In*: GRANDO, Marinês Zandavali; MIGUEL, Lovoír Andrade (orgs). **Agricultura na região Metropolitana de Porto Alegre**: aspectos históricos e contemporâneos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. Pág 13-41.

MIGUEL, Lavois de Andrade. Heterogeneidade do Espaço Rural da Região Metropolitana de Porto Alegre. *In*: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (orgs). **Rio Grande do Sul**: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Pág 181-194.

QUEIROZ, Maria Isaura P.. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no brasil**. Rio de Janeiro: Usp, 1978.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Campo-Território**: considerações teórico-metodológicas. Campo-território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.60-81, fev. 2006.

SCUSSEL, Maria Conceição Barletta. O Rural e O Urbano Na região Metropolitana de Porto Alegre: o processo de expansão metropolitana. *In*: GRANDO, Marinês Zandavali; MIGUEL, Lovoír Andrade (orgs). **Agricultura na região Metropolitana de Porto Alegre**: aspectos históricos e contemporâneos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. Pág 43 -70.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henry Lefebvre. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53-64.

STROHAECKER, Tânia Marques. A Urbanização no Rio Grande do Sul: uma análise preliminar. *In*: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (orgs). **Rio Grande do Sul**: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Pág 163-180.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p.87-145, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/primeira.htm>>. Acesso em: 01 out. 2007.